

Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco

J. M. DOS SANTOS ARAÚJO CAVALCANTI
Técnico de Administração

III

4 — DELINEAMENTOS DE UMA ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL OBJETIVA

I — PLANEJAMENTO — IMPERATIVO DAS SOLUÇÕES PRÁTICAS

UM PLANO Quinquenal Territorial dispensa maiores comentários: são tão precárias as condições sócio-econômicas do Território — exigindo obras demasiado complexas, de grande vulto — que o Governo Territorial se viu na contingência de estabelecer fases de trabalho, ordens de urgência e prioridades, objetivos a atingir progressivamente.

Os problemas da região impressionam ainda mais quando se verifica que tudo está por fazer: não há saúde, não há produção local organizada, não há transportes, não há segurança, não há escolas, não há sequer iniciativas — quer particulares, quer estatais — visando a melhoria da terra e de seus habitantes desamparados.

Daí a importância visceral de planos de ação realistas, práticos, absolutamente exequíveis, sobretudo concebidos em função das necessidades imediatas e remotas do Território.

Administração territorial exige, indiscutivelmente, planejamento, hierarquia e solução gradual dos problemas básicos.

A recuperação e o desenvolvimento do Território dependem da prática de uma técnica racional de administração; há necessidade de realismo, precisão, arrôjo de iniciativas, honestidade e a coragem da ação sumária, sem delongas emperradoras.

Não basta porém organizar planos; eles devem ser elásticos por causa da imprevisibilidade de

determinados fatores e — o que é tudo — devem ser, realmente, postos em prática.

No caso especial do Rio Branco, são tão numerosas as dificuldades ocorrentes que, para evitar um verdadeiro caos, houve que se elaborar um Plano Quinquenal Territorial, o qual traduz em suas grandes linhas:

- as necessidades mais prementes do Território;
- os programas de trabalho indicados para atendê-las;
- o volume dos recursos financeiros necessários à execução das obras imprescindíveis ao desenvolvimento do Território;
- os objetivos próximos e remotos do governo territorial.

Definidas as necessidades mais importantes da grande “área-problema”, após largo inquérito, teve início a elaboração da Organização Administrativa do Território e efetuou-se, então, um minucioso planejamento, dentro de setores bem definidos de trabalho, em cada órgão restrito, previsto um desenvolvimento progressivo no período de 5 anos, isto é, 1945-1949.

Em 1949 cada órgão terá atingido a sua organização final. De acordo com o Plano elaborado, em 1945 iniciar-se-ão as atividades com um mínimo de pessoal, de material e um grande programa de obras, crescendo com os anos as responsabilidades do Governo Territorial até 1949 — época em que, se atingidos os objetivos colimados, será o Território do Rio Branco uma das mais prósperas unidades da União, dotada de recursos próprios e capaz de retribuir com juros elevados

todos os investimentos lá efetuados pelo Governo Federal sob a forma de dotações orçamentárias.

Acreditamos isto será uma realidade muito cedo porque o Território Federal do Rio Branco é *uma terra privilegiada dentro da qual tôdas as culturas são possíveis* — desde os produtos florestais amazônicos do Baixo Rio Branco e a agropecuária do Alto Rio Branco até a exploração econômica dos minerais da Região Montanhosa, na qual também são perfeitamente adaptáveis quaisquer culturas de climas temperados.

Obras e Equipamentos

Um dos aspectos mais interessantes do Planejamento feito para o Território foi a instituição de um setor especial de Obras e Equipamentos, enquadrado no âmbito mais amplo do Plano Quinquenal.

Essa parte especial de Obras e Equipamentos surgiu das necessidades:

- a) de montagem das indústrias primárias de construção;
- b) de aparelhamento dos meios de transportes;
- c) de aparelhamento técnico e mecânico dos diversos órgãos executivos da administração territorial para as grandes obras de saneamento, transportes, produção, etc.;
- d) de construção de edificações e demais obras para instalação dos serviços públicos.

O ano de 1945 valerá como uma espécie de estágio probatório do Plano Quinquenal Territorial, permitindo *conhecer com acerto a extensão exata das dificuldades relativas à quantidade e qualidade dos materiais de construção locais, da mão de obra reduzida e cara, das deficiências dos transportes regionais e dos custos unitários.*

As obras previstas para imediato início foram em síntese:

- construção de 4.000 m² de edificações;
- 100 km de rodovias;
- instalação de serviços públicos industriais em 3 localidades, inclusive Boa Vista.

Tais obras representam uma despesa total de Cr\$ 7.000.000,00 para 1945 e aumentarão gradualmente em cada ano do Plano Quinquenal na

proporção conveniente ao progresso do Território. Os equipamentos indispensáveis ao aparelhamento e execução do Plano foram calculados em Cr\$... 3.500.000,00. A primeira dotação orçamentária para o Plano Quinquenal — no setor Obras e Equipamentos — é pois de Cr\$ 10.500.000,00, isto é, 31,52% do Orçamento Geral do Território para 1945.

A quantia é insignificante à vista das principais obras a realizar em 1945:

- 1 — Drenagem com revestimento dos igarapés em torno de Boa Vista (Saneamento da Capital do Território e seu maior núcleo de população).
- 2 — Rodovia Caracaraí-Boa Vista.
- 3 — Estudo de potenciais hidro-elétricos.
- 4 — Montagem dos equipamentos de luz e força.
- 5 — Construção da aparelhagem fluvial.
- 6 — Montagem das oficinas (serraria, carpintaria, olaria, etc.).
- 7 — Construção do abastecimento de água para a capital do Território.
- 8 — Construção da estrada colonial (Boa Vista — Serra da Lua).
- 9 — Montagem das instalações industriais (estaleiro territorial, entre outras).
- 10 — Plano Diretor da cidade de Boa Vista (1.^a parte).
- 11 — Montagem da estação de rádio-difusão.
- 12 — Obras da Divisão de Educação (1.^a parte).
- 13 — Obras da Divisão de Saúde (1.^a parte).
- 14 — Obras da Divisão da Produção (1.^a parte).
- 15 — Estudos e Projetos do Parque Nacional da Ilha do Maracá (1.^a parte).

Plano Rodoviário

No sistema geral dos problemas territoriais, o dos transportes avulta com importância decisiva.

O desenvolvimento social e econômico do extremo setentrião brasileiro está adstrito à execução do Plano de Transportes elaborado para o

Território Federal do Rio Branco. Trata-se da ligação direta entre Boa Vista, as zonas habitadas do Território, a Venezuela e a Guiana Inglesa.

O estabelecimento de um Setor Rodoviário, dentro do Plano Quinquenal, tornou-se inevitável à vista da grande importância estratégico-comercial das regiões a ligar.

De início, a ligação Caracará-Boa Vista resolverá, pela articulação rodoviária-fluvial dos dois mais importantes adensamentos demográficos do Território, um problema sério dos transportes locais: é que, numa extensão de 24 km à montante de Caracará, algumas corredeiras estrangulam o Rio Branco tornando muito difícil a navegação, durante a vazante.

A ligação rodoviária Caracará-Boa Vista teria a função de assegurar a perenidade dos transportes entre os dois mais importantes centros habitados do Território. Acresce a circunstância de que, por meio dessa estrada, ficaria definitivamente assegurado o escoamento peregrino dos produtos do Território — sobretudo, gado — para o mercado consumidor de Manaus.

Em segundo lugar, terá início a construção de uma rodovia importantíssima: a que, partindo de Boa Vista, seguirá na direção de Sta. Helena, atravessando a zona dos Campos Gerais e a Região Montanhosa até atingir a Venezuela. Toda a extensa região sul da Venezuela se abastece pelo Brasil.

Em terceiro lugar, vem a ligação com a Guiana Inglesa, de alta significação econômico-financeira por causa do crescente intercâmbio comercial com o Brasil.

Um fato que terá, dentro em breve, repercussões imprevisíveis de sentido econômico, para todo o extremo setentrional brasileiro, é a ligação direta com o porto de Georgetown, situado a menos de 500 km da fronteira brasileira.

Vê-se, pois, que para garantia do desenvolvimento econômico do Território do Rio Branco há 3 mercados consumidores seguros e em fase de expansão contínua:

- a) a própria Amazônia;
- b) a Guiana Inglesa;
- c) a Venezuela.

De um modo geral, o Plano Rodoviário Territorial compreende 2 troncos rodoviários princi-

pais: um em direção à Venezuela; outro em direção à Guiana Inglesa. Desses 2 troncos partirão transversais curtas, que estabelecerão a necessária articulação com os pontos habitados do Território. Em síntese, a rede rodoviária territorial será constituída por 5 rodovias principais:

- Boa Vista-Caracará (já começada e a ser concluída em fins de 1945); ;
- Boa Vista-Fazenda Nacional de S. Marcos — Sta. Helena (Venezuela);
- S. Marcos — Conceição — Guiana Inglesa;
- Boa Vista — Ilha do Maracá — Alto Marajó;
- Boa-Vista-Serra da Lua.

Um fator que muito contribuirá para a rápida execução desses projetos é a facilidade de construção rodoviária na zona dos Campos Gerais. O custo, porém, do quilômetro de construção será relativamente elevado, por causa do grande número de igarapés e trechos alagadiços exigindo obras d'arte e aterros.

Está prevista, assim, a construção de 100 km para 1945; 120 km para 1946/7; 150 km para 1948/9.

Isto é, em 1949 — ano de conclusão do Plano Quinquenal Territorial — disporá o Território de um sistema rodoviário próprio com o desenvolvimento total mínimo de 370 km (não incluídas as transversais) e adequado às necessidades locais porquanto o aludido sistema rodoviário se articulará com a navegação fluvial e os transportes aéreos.

Boa Vista será não só o centro de irradiação dos transportes intra e extra-territoriais, como também das atividades administrativas de saneamento, colonização, organização, fomento da produção — tanto vale dizer, uma base de operações contra os maiores adversários da Amazônia e quicá do Brasil: doenças inumeráveis, subnutrição generalizada, analfabetismo das massas rurais, pobreza e toda a longa série de males decorrentes desse inacreditável estado de coisas (6).

(6) O Governo da Venezuela vem cuidando, com atenção toda especial, de promover o desenvolvimento das partes do seu território ainda inexploradas e despovoadas.

E' de interesse transcrever o Decreto Presidencial de 17 de dezembro de 1938, do Presidente Lopez Contreras, dispondo sobre a exploração geológica preliminar da grande área venezuelana fronteira ao Território do Rio Branco:

II — ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Plano da Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco não foi, portanto, concebido "a priori".

Houve, mesmo, a preocupação constante de evitar, na sua elaboração, a obediência a modelos fornecidos pelos pequenos Estados da União ou pela organização administrativa do Território do Acre.

"ELEAZAR LOPEZ CONTRERAS,

Presidente de los Estados Unidos de Venezuela,

Considerando :

que el desarrollo demográfico y económico del país es problema que merece la constante atención del Gobierno Nacional;

Considerando :

que la actividad del Estado debe dirigir-se no solamente a vitalizar y desarrollar los centros de población y riqueza ya existentes sino a crearlos allí, donde racionalmente pueden y deben ser creados;

Considerando :

que existen en Venezuela regiones casi desconocidas que ofrecen grandes posibilidades, por sus condiciones físicas en general, agrícolas y mineras, para el mantenimiento de um importante núcleo de población que puede influir beneficiosamente en la estructuración económica y social de la República;

Considerando :

que algunas de esas regiones están situadas en la Guayana Venezolana, siendo una de las más caracterizadas por su presunta potencialidad, la conocida con el nombre de "La Gran Sabana";

Considerando :

que el Gobierno Nacional tiene como propósito fundamental de sua política, el de incorporar dichas regiones a la economía integral de la Nación;

de conformidad con el numero 28 del artículo 100 de la Constitución Nacional, previo el voto favorable del Consejo de Ministros y llenas las demás formalidades legales,

Decreta :

Artículo 1.º — Procédase a una exploración metódica de la parte de la Guyana Venezolana incluida en el Estado Bolívar y el Territorio Federal Delta Amacuro.

Artículo 2.º — Dicha exploración se iniciará con un estudio preliminar sobre las regiones de La Gran Sabana, la Sierra de Imataca y parte de las hoyas hidrográficas de los rios Cuyuni y Caroní.

Artículo 3.º — Estas exploraciones preliminares comprenderán :

- a) el estudio geológico con el objeto de investigar las posibilidades mineras de dichas regiones;
- b) el estudio de las condiciones del suelo para fines agrícolas y pecuarios;
- c) el estudio de las condiciones geográficas y topográficas para fines industriales;
- d) el estudio de las condiciones climatológicas y sanitarias para fines de inmigración y colonización;
- e) el estudio de las posibles vias de penetración."

Isto porque quaisquer concepções preestabelecidas no insulamento dos gabinetes distantes deixariam de corresponder às realidades ecológicas, econômico-financeiras e sociais deste pedaço extraordinário da terra brasileira.

Realmente, o Território do Rio Branco se encontra tão afastado dos centros de adensamento demográfico do litoral e é tão pouco conhecido dos próprios estudiosos dos problemas nacionais; suas condições peculiaríssimas apresentam características tão diversas das outras zonas geo-econômicas do país — inclusive a Amazônia, em cuja ambiência geral se enquadra — que, logo de início, as primeiras inspeções e os primeiros levantamentos condenaram, inexoravelmente, a aplicação de quaisquer esquemas preconcebidos.

Houve, pois, conveniência em planejar para o Território Federal do Rio Branco uma organização adequada às peculiaridades regionais, capaz de promover, econômica e eficientemente, sem precipitações intempestivas, o desenvolvimento

Artículo 4.º — Los estudios preliminares a que se refiere el artículo anterior serán realizados por el Servicio Técnico de Minería y Geología del Ministerio de Fomento y los técnicos correspondientes de los Ministerios de Sanidad y Asistencia Social, de Obras Públicas y de Agricultura y Cría que se consideran necesarios. Para las exploraciones aéreas, aprovisionamiento de las bases, fotografías aéreas, etc., colaborarán los Ministerios de Guerra y Marina y de Obras Públicas.

Artículo 5.º — El Ministerio de Fomento organizará el funcionamiento de las Comisiones, las cuales deberán realizar sus exploraciones preliminares y rendir sus informes en el curso del año de 1939.

Artículo 6.º — Basándose en estos informes preliminares se planearán otras exploraciones más detalladas con la colaboración de técnicos de los Ministerios de Relaciones Interiores, Guerra y Marina, Fomento, Obras Públicas, Sanidad y Asistencia Social, Agricultura y Cría y del Instituto Técnico de Inmigración y Colonización.

Artículo 7.º — Se acuerda un Crédito Adicional al Presupuesto del Ministerio de Fomento por la cantidad de doscientos cincuenta mil bolívares (Bs. 250.000,00) para los gastos que ocasionen los estudios preliminares mencionados en el presente Decreto, siendo de advertir que los sueldos de los funcionarios de las Comisiones correrán a cargo de los Despachos respectivos.

Artículo 8.º — Los Ministros de Relaciones Interiores, Guerra y Marina, Fomento, Obras Públicas, Sanidad y Asistencia Social y de Agricultura y Cría quedan encargados de la ejecución del presente Decreto, el cual será sometido a la aprobación del Congreso Nacional en sus próximas sesiones.

Dado, firmado y sellado con el Sello del Ejecutivo Federal y refrendado por los Ministros de Relaciones Interiores, Hacienda, Guerra y Marina, Fomento, Obras Públicas, Sanidad y Asistencia Social y de Agricultura y Cría, en el Palacio Federal, en Caracas, a los diez y siete días del mes de diciembre de mil novecientos treinta y ocho. Año 129.º de la Independencia y 80.º de la Federación".

geral do Território, na multiplicidade dos seus aspectos.

Planejamento dentro das realidades locais, em função das necessidades imediatas e futuras do Território, mas, sobretudo, orientado no sentido dos supremos interesses nacionais de unidade, ordem e progresso.

E' que tudo se fez consoante as diretrizes técnico-administrativas do Governo Federal nos diversos setores da estruturação dos órgãos, da elaboração orçamentária, da constituição do quadro de pessoal e aquisição do material necessário, obedecidos todos os princípios legais e normas vigentes da União.

Não faltou sequer — como já foi dito — a instituição do mencionado Plano Quinquenal do qual decorrerão benefícios incalculáveis para as populações esquecidas desse longínquo recanto do país.

O Plano da Organização Administrativa sugerido para o Território Federal do Rio Branco foi-se delineando aos poucos, à medida que se desenvolvia o inquérito sobre as condições de vida da região, os seus recursos agro-pecuários e minerológicos, as suas particularidades geo-físicas — desde os fenômenos ecológicos de clima e solo até a mais cuidadosa investigação agrostológica possível no momento.

Na estruturação dos órgãos integrantes da administração territorial, o que se teve em mira foi sempre o ajustamento às condições locais e, dentro do possível, a obediência aos princípios fundamentais da organização racional do trabalho.

Conforme se poderá ver pela análise cuidadosa da organização proposta, o plano apresentado tentou obedecer religiosamente, entre outros, aos seguintes princípios básicos:

a) extrema objetividade e adequação às condições regionais;

b) agrupamento dos serviços pelas afinidades funcionais existentes, integrados em cada órgão todos os serviços estreitamente ligados entre si ou intimamente correlacionados (Departamento do Serviço Público, Divisões de Saúde, Educação, Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância, Produção, Obras, Segurança e o Parque Nacional da Ilha de Maracá);

c) centralização das responsabilidades no Governador do Território, perante o qual são respon-

sáveis, por sua vez, os chefes dos vários órgãos integrantes da administração territorial acima mencionados. Isto se conseguirá porque todos os órgãos se encontram diretamente subordinados ao Governador, que será um executivo forte, e porque foram eliminados quaisquer intermediários entre o Governador e os Diretores executivos das várias divisões. Dessa maneira ficou assegurado o princípio da centralização das atividades de direção e descentralização da execução. Ao mesmo tempo, haverá unidade de orientação e uniformidade na execução dos planos concebidos para o Território;

d) constituição de um Departamento do Serviço Público (D.S.P.) centralizador das questões de administração geral. Foi incluída na estrutura desse órgão fundamental a Comissão de Planos e Contrôles (C.P.C.), entidade superior de planejamento, orientação e fiscalização das atividades técnico-administrativas e econômico-financeiras do Território, além de outras importantíssimas atribuições que lhe forem posteriormente atribuídas;

e) em regime de articulação e máxima colaboração com o D.S.P. haverá, nas principais divisões, pequenas Turmas de Administração para execução dos trabalhos de natureza administrativa e burocrática, de modo a que cada divisão seja realmente um órgão "atuante", 95% executivo, dedicado às suas finalidades específicas;

f) subordinação da ação administrativa territorial às diretrizes essenciais de planejamento a fim de evitar soluções de continuidade tão comuns em nosso país, pressa, improvisações tumultuosas, erros de origem, desperdícios, em síntese, toda sorte de deficiências e desajustamentos característicos da administração pública nos países latino-americanos. A esta altura, percebe-se facilmente porque foi que se procurou subdividir o Plano Quinquenal Territorial em setores diferenciados de:

— obras e equipamentos; — desenvolvimento gradual dos órgãos da administração territorial; — desenvolvimento progressivo do pessoal; — aquisição do material indispensável; — colonização; — transportes.

Todos esses setores se completam e se traduzem em projetos e orçamentos específicos os quais já foram remetidos aos órgãos competentes do Governo Federal para análise e aprovação;

g) afastamento categórico de todos os elementos de interferência injustificada no funcionamento da administração territorial.

Um dos mais interessantes aspectos do Plano de Organização Administrativa proposto é a inexistência de um gabinete especial para o governo do Território — medida que revela senso prático e a preocupação de evitar a “volatização” dos dinheiros públicos em superfluidades dispensáveis, “perfumarias”, suntuosidades, máxime no Território Federal do Rio Branco, no qual não se justificam semelhantes desperdícios.

Para sua representação social, o Governador terá apenas um ajudante de ordens, elemento da própria Guarda Territorial, e não — como se acontecer no Brasil — oficiais de gabinete interferindo indevidamente nos negócios públicos, contribuindo para o empêro da máquina administrativa ou retardando as decisões governamentais, que devem ser rápidas, oportunas e práticas nesses distantes recantos do solo pátrio.

h) Em relação ao problema de pessoal, teve-se em mira:

— o mínimo indispensável por causa da extrema dificuldade de obtenção de pessoal qualificado disposto a seguir para o Território;

— a admissão desse pessoal far-se-á, na quase totalidade dos casos, em caráter provisório, conforme se poderá ver pela predominância do pessoal contratado;

— uma política de altos salários dentro das possibilidades orçamentárias, como maneira única de obtenção de bons elementos.

i) No que diz respeito ao material, procurou-se, apesar dos enormes obstáculos decorrentes das condições anormais dos mercados e da extrema exigência das dotações disponíveis, aparelhar convenientemente o Território. *A experiência da região indica, aliás, que sem material de boa qualidade — máquinas, motores, instrumentos de trabalho — e em quantidades suficientes, a administração territorial seria apenas um armazém de empregos.* O material pedido para o Território é da mais alta significação; sem ele nenhum dos problemas vitais do Território — saúde, saneamento, transportes, produção agro-pecuária e mineral, obras e serviços industriais, colonização, etc. ... — será resolvido.

Tôda a boa vontade e intenção patriótica do Governo Federal, no sentido de promover a recuperação e o desenvolvimento social e econômico dessa extensa região, resultarão inúteis sem o aparelhamento material adequado da máquina administrativa do Território.

*

* *

Parte essencial do Plano Quinquenal, a proposta da Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco foi submetida à apreciação do Poder Central, consubstanciada na seguinte estrutura:

- a) Governador;
- b) 1 Departamento (o Departamento do Serviço Público, D.S.P.);
- c) 6 Divisões (Saúde, Educação, Assistência e Proteção à Infância e à Juventude, Produção, Obras e Serviços Industriais, Segurança);
- d) o Parque Nacional da Ilha do Maracá.

Sobre essa proposta, o Sr. LUIZ SIMÕES LOPES, Presidente do D.A.S.P. emitiu — na qualidade de membro-relator da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (C.E.N.E.) — o parecer que a seguir transcrevemos:

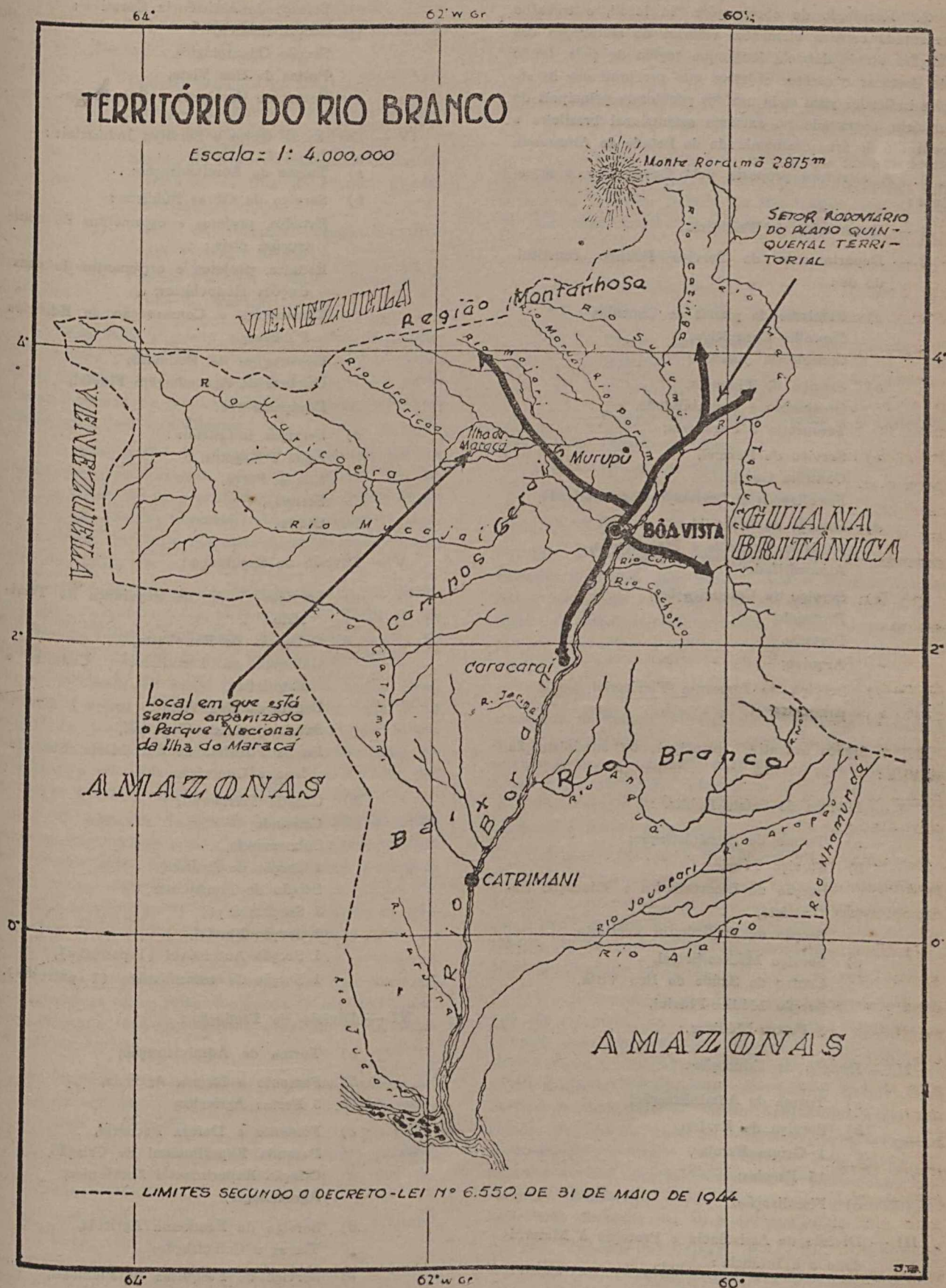
PARECER N.º 430-45

Processo n.º 789-45 (C.E.N.E.)

Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco.

De acôrdo com o disposto no Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Governador do Território Federal de Rio Branco apresentou ao Sr. Presidente da República o plano de organização administrativa do aludido Território, acompanhado de minucioso Relatório contendo um estudo documentado sobre o Território, no qual são examinados, principalmente:

- a) os seus aspectos geográficos, econômicos e sociais mais importantes;
- b) a situação atual do Território quanto aos problemas de saúde, assistência à maternidade e à infância, produção, terras, colonização, transportes, serviços industriais etc.;
- c) programa das realizações futuras da administração territorial;
- d) a proposta orçamentária para o exercício de 1945, elaborada de acôrdo com os princípios estabelecidos pelo União sobre a matéria.



2. Resultado de observações "in loco", o trabalho apresentado contém elementos valiosos de elucidação das condições atuais daquela longínqua região do país, sendo justo destacar o caráter objetivo que procurou dar às soluções indicadas para cada um dos problemas principais do Território, encravado no extremo setentrional brasileiro e constituído de área desmembrada do Estado do Amazonas.

3. A estrutura proposta pelo Governador é a seguinte :

1 — Governador do Território.

2 — Departamento do Serviço Público, constituído de :

- a) Comissão de planos de Contrôlê, Conselho Consultivo, Consultoria Jurídica;
- b) Serviço de Finanças, Orçamento e Contabilidade, Tesouraria e Pagadoria;
- c) Serviço de Pessoal, Contrôlê Geral, Fiscalização e Legislação Especializada;
- d) Serviço do Material, Registro, Contrôlê e Fiscalização, Almoxtarifado;
- e) Serviço de Comunicações, Protocolo, Portaria, Arquivo;
- f) Serviço de Imprensa Territorial;
- g) Biblioteca.

3. 7 órgãos executivos principais de administração específica :

I — Divisão de Saúde Pública :

- a) Turma de Administração;
- b) Serviço Técnico, Secção de Bioestatística e Educação Sanitária, Secção de Engenharia Sanitária;
- c) Serviço Médico-Social, Centro de Saúde de Boa Vista, Secção Médico-Fluvial, 3 Postos Médicos.

II — Divisão de Educação :

- a) Turma de Administração;
- b) Serviço de Ensino, 1 Grupo Escolar, 15 Escolas;
- c) Fiscalização.

III — Divisão de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância :

- a) Turma de Administração;
- b) Serviço de Assistência Preventiva;

- c) Serviço de Assistência Curativa : Secção médica, Secção Odontológica, Postos de Boa Vista, Postos de Caracará e Sta. Maria.

IV — Divisão de Obras e Serviços Industriais :

- a) Turma de Administração;
- b) Serviço de Obras Públicas : Estudos, projetos e orçamentos de construções civis;; Estudos, projetos e orçamentos de construções Rodoviárias; Construções e Conservação de Edifícios Públicos; Construções de Rodovias; Oficinas de Aparelhagem Fluvial; Equipamentos.
- c) Serviços industriais : Água e Esgotos, Luz e Fôrça, Serraria, Olaria.

V — Divisão de Segurança :

- a) Serviços Gerais de Segurança do Território, Delegacia de Boa Vista, Gabinete de Identificação, Cadastro e Estatística, Cadeia de Boa Vista, Subdelegacia de Caracará, Postos Policiais de Sta. Maria, Sta. Helena e Conceição.
- b) Guarda Territorial, Comando, Subcomando, 1 Secção de Artífice, Secção de Transportes, 3 Secções a pé, 1 Secção Fluvial, 1 Secção Automóvel (1 patrulha), 1 Secção de transmissões (1 patrulha).

VI — Divisão de Produção :

- a) Turma de Administração;
- b) Fomento e Defesa Agrícola, 3 Postos Agrícolas;
- c) Fomento e Defesa Pecuária, Fazenda Experimental de Criação, Criação Experimental Zootécnica, Agrostologia;
- d) Serviço de Economia Agrícola, Terras e Colonização;
- e) Serviço de Pesquisas Agronômicas, Laboratório de Veterinária, Postos Meteorológicos.

VII — Parque Nacional da Ilha de Maracá — articulado com a Divisão de Produção, compreendendo :

- a) Floresta Nacional de Uraricoera;
- b) Refúgio de Animais Silvestres e Espécies Ictiológicas Regionais;
- c) Serviço de Aproveitamento Industrial dos recursos da Ilha do Maracá e adjacências;
- d) Centro de Pesquisas Técnico-científicas dos Produtos Regionais;
- e) Colônia Florestal e Núcleos Coloniais da Ilha do Maracá.

4. Estudando o plano sugerido, somos de parecer que o mesmo poderá ser aceito nas suas linhas gerais, com as modificações que a experiência de vários meses de funcionamento da administração nos vários territórios recém-criados vem aconselhando.

5. A comparação do plano ora em exame, com os apresentados, posteriormente, pelos Governadores dos demais Territórios, revela a existência de uma grande analogia entre as questões essenciais dessas longínquas áreas do Território Brasileiro, ora submetidas à administração direta da União.

6. As modificações que sugerimos têm por finalidade dar à organização administrativa do Território do Rio Branco, maior simplicidade de estrutura, dentro do esquema geral estabelecido para todos os Territórios.

7. O exame dos vários planos de organização administrativa que nos foram distribuídos indica que já é possível dar aos Territórios uma organização própria em que seja atendida, sem sacrifício das peculiaridades de cada caso, a necessidade de se manter um controle real das largas somas invertidas pelo governo federal.

8. O êxito dos sistema de administração territorial corajosamente iniciado com a criação dos novos Territórios Federais exige um mínimo indispensável de órgãos executivos, os quais, no futuro, com a intensificação das atividades administrativas do Território, poderão se desdobrar em novos órgãos ou ter uma amplitude maior do que a atual.

9. Há, outrossim, a conveniência em que, desde já, sejam atendidos certos princípios gerais de cuja fiel observância depende fundamentalmente a eficiência da administração territorial :

- a) respeito às peculiaridades locais pela adequação da organização administrativa às condições especiais do Território;
- b) simplicidade de organização, tornando possível maior flexibilidade e melhor utilização dos recursos disponíveis;
- c) cooperação efetiva entre os órgãos da administração territorial e os dos ministérios;
- d) obediência às normas gerais fixadas pela União no que se refere à organização, orçamento, pessoal, material e obras;

e) concentração das responsabilidades no Governador perante o qual responderão, por sua vez, os chefes dos vários órgãos da administração do Território;

f) equilíbrio entre as diretrizes uniformizadoras da União e as exigências das condições locais.

10. Tendo em vista esses princípios e de acordo com as considerações anteriores, temos a honra de propor para o caso do Território Federal do Rio Branco uma estrutura que compreenderá os seguintes órgãos :

I — Governador;

II — Secretaria Geral;

III — Divisão de Saúde e Saneamento;

IV — Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância;

V — Divisão de Educação;

VI — Divisão de Produção, Terras e Colonização;

VII — Divisão de Obras;

VIII — Divisão de Segurança e Guarda;

IX — Serviço de Administração Geral;

X — Serviço de Geografia e Estatística.

11. A comparação deste plano com o proposto pelo Governador denota que foram pequenas as modificações feitas, todas elas sugeridas pela experiência que já possuímos de administração territorial e pelos resultados dos estudos que sobre a matéria determinamos fossem efetuados.

12. No que se refere aos órgãos de administração específica, de caráter puramente executivo, foi mantida a acertada denominação de "divisões". Essas divisões, em número de seis, serão constituídas pelos serviços ou seções julgados indispensáveis, cabendo ao Governador, de acordo com o artigo 12 do anteprojeto proposto anexo, determinar a subestrutura desses órgãos conforme for mais conveniente aos interesses do Território.

13. O Parque Nacional da Ilha do Maracá, por exemplo, constante da proposta do Governador como órgão à parte, poderá ficar como uma unidade integrante da Divisão de Produção, Terras e Colonização, ao invés de órgão subordinado ao Governador.

14. A respeito das atividades de administração geral, que são os meios de que o Governo do Território se utilizará para obtenção das finalidades específicas da administração territorial, julgamos conveniente substituir a denominação Departamento do Serviço Público, por Serviço de Administração Geral, compreendendo as atividades de pessoal, material, orçamento, comunicações e documentação, tesouraria, contabilidade. Este Serviço, de natureza auxiliar, ficará diretamente subordinado ao Governador, auxiliando-o no desempenho de suas atribuições bem como na realização de certos trabalhos.

15. Também subordinado diretamente ao Governador estará o Serviço de Geografia e Estatística. O planejamento e a regulamentação desse serviço, contudo, de acordo com o Convênio existente entre a União, os Es-

tados, os Municípios e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, serão efetuados por esta última entidade, que já está tratando do assunto.

16. Em relação aos Serviços Industriais, somos de parecer que o Governador poderá instituí-los na medida das necessidades locais, mediante decreto previamente aprovado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, mormente os serviços industriais que pela sua natureza não possam ser entregues aos particulares. Embora nos primeiros tempos submetidos ao regime de administração direta, tais serviços poderão, no futuro, ser concedidos, arrendados ou transferidos a terceiros, assegurando-se-lhes a autonomia administrativa e financeira de que necessitam. Por isso preferimos não incluí-los entre os órgãos permanentes da estrutura da administração territorial.

17. São estas as observações que nos cumpre fazer no momento sobre a organização administrativa mais adequada ao Território Federal do Rio Branco. Evitamos intencionalmente descer ao exame pormenorizado da subdivisão dos órgãos principais ou serviços, porque, como já foi dito, compete ao Governador expedir a regulamentação desses órgãos; a autorização dada ao Governador para subestruturá-los, de conformidade com as necessidades do Território, visa garantir para a máquina administrativa territorial maior flexibilidade de ação dentro dos limites estabelecidos pelo poder central, através da análise prévia, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de regulamentação a ser baixada pelo Governador.

18. Quanto aos problemas de pessoal, sugiro que a documentação seja enviada ao D.A.S.P., para os estudos necessários à criação do quadro do pessoal do Rio Branco e enquadramento na legislação vigente. — Em 26-6-45. — (a.) Luiz Simões Lopes”.

Aprovada pela C.E.N.E. a Exposição de Motivos do Sr. Simões Lopes, foi, simultaneamente, encaminhado ao Presidente da República um projeto de decreto-lei, projeto que, referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Senhor Agamenon Magalhães, mereceu inteira aprovação do Presidente da República, transformando-se no

DECRETO-LEI N.º 7.775, DE 24 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA :

Art. 1.º — São órgãos da Administração do Território Federal do Rio Branco :

- I — Governador;
- II — Secretaria Geral;
- III — Divisão de Saúde (D.S.);

- IV — Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância (D.A.M.I.);
- V — Divisão de Educação (D.E.);
- VI — Divisão de Produção, Terras e Colonização (D.P.T.C.);
- VII — Divisão de Obras (D.O.);
- VIII — Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.);
- IX — Serviço de Administração Geral (S.A.G.);
- X — Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.).

Parágrafo Único — Além dos órgãos de que trata este artigo, o Governador do Território poderá instituir mediante decreto previamente aprovado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores (M.J.N.I), serviços industriais e de interesse público cuja exploração não possa, no momento, ser entregue a entidades privadas.

Art. 2.º Ao Governador competem as atribuições de que trata o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, e outras que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 3.º — A Secretaria Geral tem por finalidade :

- I — auxiliar o Governador no exame dos assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;
- II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades, especialmente quanto à execução orçamentária;
- III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;
- IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território.

Art. 4.º — A Divisão de Saúde tem por finalidade :

- I — efetuar estudos e inquéritos sobre as condições sanitárias do Território;
- II — elaborar um plano de assistência médico-social para a região;
- III — manter e administrar os estabelecimentos indispensáveis à execução do plano, tais como centros e postos de saúde e hospitais;
- IV — coordenar e fiscalizar outras atividades de natureza oficial ou particular que visem atender aos problemas de higiene e de assistência médico-social no Território;
- V — promover e executar quaisquer medidas reclamadas pelas condições especiais do Território no setor de saúde e assistência.

Art. 5.º — A Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância tem por finalidade :

- I — realizar inquéritos e estudos relativamente ao problema social da maternidade e da infância no Território;
- II — organizar e manter os serviços de assistência à maternidade, tais como creches, lactários, postos de puericultura, cursos especializados, ser-

viços de visitas domiciliares e outros que forem julgados necessários;

- III — promover, executar e coordenar quaisquer providências reclamadas pelas condições em que se encontra o Território no setor especial de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 6.º — A Divisão de Educação tem por finalidade:

- I — promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;
- II — manter estabelecimentos escolares de gráu e natureza compatíveis com as possibilidades da região;
- III — organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares de ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população.

Art. 7.º — A Divisão da Produção, Terras e Colonização tem por finalidade:

- I — realizar pesquisas e levantamentos, sobre os recursos naturais do Território, visando sua defesa, exploração e desenvolvimento;
- II — orientar e fomentar as atividades produtivas no Território sob qualquer de suas formas pelo auxílio técnico e material às iniciativas privadas;
- III — promover o aproveitamento industrial das matérias primas locais tendo em vista atender ao consumo de produtos manufaturados do Território e seus habitantes;
- IV — realizar estudos necessários à confecção do Cadastro das terras do Território e examinar as questões relativas à posse, concessão, arrendamento e aforamento de terras;
- V — promover a colonização do Território organizando e mantendo núcleos coloniais e colônias agrícolas;
- VI — executar outras medidas que tenham por objetivo o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais existentes e a melhor utilização das terras disponíveis através de uma política de colonização adequada.

Art. 8.º — A Divisão de Obras (D.O.) tem por finalidade:

- I — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;
- II — executar diretamente as obras necessárias ao desenvolvimento do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-las e fiscalizar a sua construção, quando atribuída a terceiros mediante contrato;

- III — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

- IV — favorecer a iniciativa privada auxiliando a realização de obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

- V — tomar outras medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e bem assim a conveniente utilização do material existente.

Art. 9.º — A Divisão de Segurança e Guarda tem por finalidade:

- I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;
- II — manter a ordem e a tranqüilidade públicas no Território;
- III — garantir o exercício dos direitos individuais assegurados na Constituição e nas leis;
- IV — cooperar por intermédio da Guarda Territorial na execução do programa de obras públicas da administração Territorial;
- V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa de fronteiras.

Art. 10 — O Serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação.

Art. 11 — O Serviço de Geografia e Estatística (S.G.E.) tem por finalidade a coleta, crítica, apuração, elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográficos de interesse para o Território.

Art. 12 — A estrutura, competência e regulamentação dos órgãos a que se refere o art. 1.º do presente decreto-lei, serão fixados pelo Governador do Território Federal do Rio Branco em decreto cujo projeto deverá ser previamente submetido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 13 — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República (*Diário Oficial* de 26 de julho de 1945).

5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Os Territórios apresentam uma soma de recursos que, inteligentemente utilizados, muito podem contribuir para o enriquecimento geral do país.

Atualmente eles são, entretanto, o teatro de um vandalismo pernicioso: maus hábitos tradicionais de pilhagem à natureza; devastação dos recursos florestais ou de matérias primas comercialmente valorizadas sem nenhuma tentativa de aproveitamento racional, plantio sistemático ou benefício industrial; comercialismo ganancioso visando, apenas, preços elevados ou lucros fabulosos, sem a menor preocupação de "qualidade", "organização da produção", "cooperativismo" "serviço social".

Responsabilidade fundamental do governo territorial será, pois, a modificação da mentalidade ambiente, reorientando-a do puro extrativismo rudimentar para o cultivo planejado.

Para alcançar semelhante modificação as medidas devem girar em torno:

- a) do ensino agro-industrial compulsório;
- b) da industrialização dos produtos regionais "in loco" (1 ou 2 serrarias para madeira; 1 refinaria para óleos vegetais e essências; pequenas usinas, para pulverização do timbó; descascamento das castanhas e do babaçu; tratamento das fibras; cortumes, etc.);
- c) clubes de agro-pecuária, fazendas experimentais de criação, campos de demonstração, cooperativas ou quaisquer outros meios que possam contribuir para modificação da mentalidade atual;
- d) fixação de preços pelo critério da razoabilidade, proibindo-se sumariamente qualquer exploração visando lucros imoderados e manobras de valorização artificial exagerada que encarecem o custo de vida;
- e) plantação em grande escala das espécies que podem, num futuro próximo, constituir fonte de lucros, tais como madeiras de lei — itaúba, cedros, louros, por exemplo — timbó, seringueiras, cumaru, castanha e outras adequadas às condições locais;
- f) replantio sistemático das espécies devastadas e valorização, pela técnica, das florestas do Território.

2 — Os variados problemas do Território tinham de ser hierarquizados e equacionados com clareza em grupos afins, pois que se encontram de tal maneira correlacionados que não havia como deixar de atacá-los simultaneamente:

- a) problemas do homem (educação, saúde, povoamento, colonização, imigração, cooperativas etc.);

- b) problemas da ambiência geo-econômica (atividades extrativas, agro-pecuária, transportes, preços, etc.);

- c) problemas da ação estatal (organização administrativa, regime fiscal e tributário, técnica orçamentária, etc.).

Uma das razões primordiais dêsse ataque coordenado é que a região se assemelha a um grande vácuo, no qual tudo está por fazer.

Nunca é demasiado repetir: temos de melhorar as condições de vida do sertão e do homem rural, descobrindo por meio de inquéritos, indagações, pesquisas-honestas, as fontes primordiais dos enormes desequilíbrios que nos afligem.

A análise de cada área-problema fornecerá bases seguras para os projetos, os programas de trabalho e os planos indispensáveis ao desenvolvimento de região, sendo essencial a participação dos habitantes.

3 — Em qualquer trabalho de organização elaborado para este como para os demais Territórios, há sempre a considerar as contingências irremovíveis do meio; subestimá-las é arriscar-se ao fracasso.

Haja vista o caso singular do Rio Branco: da mesma maneira que os adensamentos demográficos, a civilização foi se fazendo à montante, à jusante e à ilhargia dos rios que constituem a sua complicada rede potamográfica. Aos fatores geográficos se juntam as poderosas determinantes de natureza econômica.

Não há soluções gerais para os Territórios Federais; cada um deles se encontra em condições singularíssimas, com características próprias, e necessita de legislação especial adstrita aos seus problemas típicos. Daí a inocuidade de estruturas padronizadas ou imposição à força de dispositivos legais inadaptáveis, como são, por exemplo, os casos — entre tantos outros — da atual legislação sobre caça, pesca e imigração.

4 — Os Territórios deveriam funcionar como grandes organizações industriais por intermédio das quais o Governo Federal fizesse investimentos em empreendimentos de sentido reprodutivo, geradores de riqueza e construtores de uma civilização baseada nos recursos locais, tais como fibras, óleos vegetais, madeira e essências florestais, pesca, policultura, pecuária, minérios.

5 — A existência de uma estreita articulação entre os órgãos federais e o governo territorial não deveria implicar, no entanto, supressão da flexibilidade de movimento desta última entidade; entre o governo territorial e os órgãos federais deverá haver, sempre, consultas mútuas permanentes.

6 — Cada Território deveria apresentar obrigatoriamente programas de trabalhos a serem efetuados por etapas sucessivas, com firmeza de orientação e sem soluções de continuidade (De preferência um Plano Quinquenal, tal como o do Rio Branco).

7 — A administração territorial não pode alheiar-se às realidades econômicas: braços, financiamento, meios de transporte, matérias primas, mercados, são as preliminares indispensáveis ao planejamento da sua estruturação econômica. A Administração de caráter "ativo" e "operante" que o D.A.S.P., com acerto, preconiza para os Territórios, tem de levar em conta todos esses fatores, sob pena de se transformar em um custoso armazém de empregos ou luxuoso malabarismo administrativo, desperdício dos dinheiros públicos.

Não se conseguirá recuperar e desenvolver o vale do Rio Branco sem uma boa organização administrativa, econômica e financeira, visando fins práticos e desenvolvendo-se segundo etapas sucessivas, progressivamente, do simples ao complexo.

8 — O entrelaçamento dos fatores é indiscutível; haja vista a impraticabilidade da colonização do Território sem o aparelhamento preliminar dos meios de transporte, o loteamento das terras, a preparação dos locais de recepção, assistência e encaminhamento dos colonos. Colonização pressupõe saneamento e instrução; estes, por sua vez, implicam planos governamentais, obras de vulto e assim por diante.

A administração territorial deverá ser, pois, multifuncional — atendendo a uma variabilidade de problemas e visando situações de fato —; *sobretudo, uma administração de técnicos, livre de injunções políticas locais ou federais, guiada pelos dados das observações e da experiência, visando o bem-estar social generalizado.*

9 — A planificação vale tanto quanto os projetos elaborados; ela só terá eficácia se for concebida dentro do quadro das realidades da área e for adequada à ambiência geo-econômica e demográfica na qual se deve enquadrar. Deve-se tam-

bém ter em vista os interesses superiores do país e os problemas do após-guerra. Condição preliminar de um planejamento sensato é a análise da área. Sem a análise integral da área serão impossíveis a planificação e a execução dos projetos dos quais depende a estabilidade econômica de tantas regiões brasileiras em idênticas condições de precariedade.

Nesse trabalho preliminar participarão os órgãos federais e os homens da terra — os quais muito contribuirão para formulação dos programas cujo objetivo último é a recuperação e o desenvolvimento de cada área-problema, bem como o bem-estar econômico-social de seus habitantes.

10 — Conforme dizia EUCLIDES DA CUNHA, encontramos em face de um grave dilema: "ou progredimos ou desaparecemos". Pelo trabalho e pelo uso inteligente dos recursos regionais, cumpre elevar o padrão de vida das nossas massas rurais a um nível decente. *Não haverá verdadeiro progresso enquanto persistir a miséria das massas.* E' que não há riqueza maior do que o próprio homem — população sadia de corpo e espírito — e é essa riqueza fundamental a que maior falta nos faz e contra a qual conspiram até as nossas leis imigratórias atuais, criando entraves e dificultando a entrada, no país, dos imigrantes de que tanto carecemos.

11 — Os Territórios apresentam uma excelente oportunidade para experimentação administrativa, pela adoção de idéias modernas sobre:

- planejamento;
- contínua revisão e adaptação de planos;
- análise das condições em que se encontram as comunidades (*Knowledge is power*);
- treinamento objetivo de administradores fora das salas das bibliotecas e conhecedores práticos das nossas realidades;
- utilização de engenheiros, economistas, técnicos de administração, pedagogos, agrônomos, sociólogos etc., na constituição do corpo de homens de que precisamos no Serviço Público: homens experientes, dotados de horizontes amplos, com a compreensão das muitas forças em jogo — realistas honestos, de imaginação criadora e capacidade de trabalho.

Os territórios oferecem ao Brasil perspectivas de uma ampla renovação administrativa que cumpra apressar:

a) saneamento dos centros de decisão que estiverem saturados de nacionalismo estreito;

b) repúdio de fórmulas genéricas que são verdadeiras camisas de força tolhendo os movimentos de um país predestinado à grandeza;

c) fixação da obrigatoriedade, para os Territórios e seus Municípios, da elaboração de planos de obras e equipamentos anuais — obras de vulto, úteis à economia local, e não, como acontece, “obras” que se limitam a reparos em próprios do Governo, pavimentação de ruas e outras “válvulas” semelhantes de “escapamento” das dotações orçamentárias...

d) preparação de pequenas turmas de administradores objetivos, recrutados pelo sistema do mérito com a colaboração indispensável do Departamento Administrativo do Serviço Público.

12 — *A melhoria das condições de habitabilidade do meio é inadiável: sem essa medida preliminar a produtividade será nula e nenhum imigrante se sentirá atraído para a região.* Sendo quase sempre impossível o grande saneamento, pela nossa precariedade de recursos financeiros, é, no entanto, relativamente fácil organizar a defesa sanitária dos habitantes (casas higiênicas, alimentação racional, proteção contra pragas, isolamento dos doentes contagiosos e assim por diante).

Afigura-se-nos inadiável instituir uma campanha permanente de saúde e higiene, *onde o governo ao encontro da população e não, como até agora, a população ao encontro do governo* (hospital, maternidade, lanchas-ambulâncias, postos itinerantes de saúde, grupos volantes de enfermeiros, cartazes, folhetos, palestras, distribuição gratuita de atebolina, sulfato de quínino e outros medicamentos, hospitalização etc.).

Dessa maneira, criar-se-á uma consciência sanitária forte e tornar-se-á possível aumentar a capacidade de produção das massas rurais semi-aniquiladas pela malária, verminoses, beribéri, dermatoses agudas e tantas outras entidades mórbidas que fazem do Brasil “o grande hospital” a que se referia MIGUEL PEREIRA.

13 — Impõe-se a grupalização obrigatória dos habitantes que vivem à ilharga das faixas aluvio-

nárias alagadiças fornecendo-lhes o governo, em compensação:

- 35 ha. de terra agricultável;
- transporte permanente;
- instrumentos de trabalho;
- suprimentos para 6 meses ou um ano;
- sementes ou mudas;
- escola, livros, remédios.
- crédito fácil, a juros baixos e longo prazo

14 — Merece tratamento todo especial a questão do ensino e da preparação das novas gerações. Simples escolas, grupos escolares ou ginásios tradicionais, de sentido clássico, não surtirão efeito apreciável. As necessidades primordiais da hinterlândia riobranquense sugerem a criação de um Instituto de Formação Rural para o qual deveria ser chamada a atenção das autoridades federais (Formação de fazendeiros, veterinários, agrônomos etc., em número suficiente).

Trata-se de uma idéia simples com a qual estão de acordo todos os fazendeiros do Território, os quais tudo farão para evitar que os seus filhos deixem a terra em que nasceram, no êxodo alarmante, ora observado, em direção às cidades litorâneas. Esses fazendeiros, consultados, manifestaram-se inteiramente favoráveis à idéia e estão dispostos a contribuir financeiramente para a sua concretização.

O Instituto de Formação Rural (ou que outro nome se lhe viesse a dar) seria mais uma força propulsora do desenvolvimento da hinterlândia e representaria um grande esforço educacional no sentido da fixação do homem ao solo.

15 — É preciso organizar no Território do Rio Branco uma sociedade de economia mista para o desenvolvimento da produção com o capital inicial mínimo de Cr\$ 10.000.000,00 dividido em 5 mil ações comuns, nominativas, no valor de Cr\$... 2.000,00 cada uma, subscritas pelo Governo territorial, pessoas físicas ou jurídicas locais e o Banco do Brasil, tendo como objetivos principais:

- cultura intensiva de cereais, frutas, demais plantas de ciclo vegetativo rápido para consumo dos habitantes e exportação do excedente;
- estímulo à produção de matérias primas estratégicas ou quaisquer outras de fácil exportação;

— aquisição de máquinas com isenção de direitos e transportadas como carga da União;

— obtenção de renda suplementar pelo beneficiamento e industrialização das matérias primas locais;

— treinamento de fazendeiros, capatazes e trabalhadores especializados que possam contribuir para melhoria e aumento da produção no Território;

— eletrificação rural, na base do aproveitamento dos potenciais hidro-elétricos disponíveis e fornecimento de energia pelos preços mínimos.

16 — E' inadiável a constituição de centros colonizadores para vitalização do Território em núcleos agro-industriais e fazendas nacionais, tecnicamente aparelhadas e com reprodutores de raça fornecidos pelo Ministério da Agricultura mediante pagamento a longo prazo. Como salientou o Sr. ARTHUR HEHL NEIVA, "já passou a época da colonização tumultuária, obra dos pioneiros, trabalho das bandeiras, realização extraordinária dos desbravadores... Essa colonização produziu o nomadismo dos trabalhadores rurais". A colonização do Território exige trabalhos preliminares muito sérios de planejamento e um investimento inicial apreciável. Aos centros colonizadores poder-se-ia atribuir a tarefa de explorar grandes aviários-modelo e organizar a suinocultura com base no plantio intensivo do milho. Qualquer investimento em uma grande obra de colonização planejada será recompensado com excelentes resultados no Território Federal do Rio Branco.

17 — A região mineralógica do Rio Branco, pela sua grande produção e possibilidades, deveria ser zona de interesse especial do Governo federal: há necessidades de exploração direta, pela União, desses vastos recursos.

A renda dessa enorme faixa mineralógica dos contrafortes do sistema orográfico das Guianas bastaria para financiar todos os projetos elaborados: atualmente, pelo rudimentarismo e desperdício dos atuais processo, essa renda é mínima.

18 — A questão das terras é da maior importância para o êxito da administração territorial.

A extinção calma dos latifúndios é providência que se impõe. A sugestão feita pelo Técnico de Administração Sr. NEWTON CORRÊA RAMALHO, da Divisão de Orçamento do D.A.S.P., merece um estudo cuidadoso pelo que representa para o futuro

dos Territórios: reversão à União das áreas não cultivadas, sua subdivisão em lotes para distribuição aos moradores que estejam em condições de cultivá-las e determinação das culturas a serem feitas, com financiamento e assistência técnica pelo Estado. Além disso, poder-se-ia fixar um prazo aos grandes latifundiários para que eles dêem início à utilização das terras abandonadas, para qualquer fim agrícola ou industrial, sob pena de desapropriação pelo valor que fôr arbitrado. Não se deve esquecer que o latifúndio inaproveitado retarda o progresso do Território e determina o nomadismo de lavradores e seringueiros. O Banco do Brasil poderia cooperar decisivamente na execução desse plano, estendendo e ampliando aos agricultores e criadores dos Territórios maiores facilidades de crédito do que as atuais.

19 — As facilidades proporcionais pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil ainda são insuficientes para os pequenos agricultores; como em todo o Brasil, os produtores médios e os grandes produtores é que têm a maior assistência do Banco.

As razões são as seguintes:

a) os empréstimos limitam-se até 60% do valor em que fôr estimada a safra;

b) a avaliação feita pelo perito da Carteira fica demasiado onerosa para o pequeno produtor, o qual, sempre "apertado", necessita de pequenos empréstimos rápidos;

c) os pequenos produtores ainda têm que hipotecar os seus bens, os quais respondem pelo empréstimo;

d) além disso, mesmo esse pequeno empréstimo é feito em parcelas;

e) finalmente, os juros são muito elevados, 7% ao ano para financiamentos rurais.

Essas foram as reclamações mais comuns feitas ao Governo do Território pelos pequenos produtores locais.

20 — E' imperativo organizar a aviação territorial, sem a qual o ritmo dos trabalhos será demasiado lento por causa das grandes distâncias a serem vencidas.

Cada Território deveria possuir um sistema próprio de transporte aéreo, em colaboração com fazendeiros, industriais, comerciantes regionais e as companhias de navegação aérea já em operação

no Brasil, num regime de financiamento misto: 5 ou 6 grandes aviões de carga e passageiros; campos de pouso; aeroclubes para formação e treinamento de mecânicos, pilotos, radiotelegrafistas locais.

As atuais tarifas das nossas companhias de navegação aérea estão muito acima das possibilidades financeiras dos nossos humildes patrícios do interior. O desenvolvimento da aviação no Brasil é da mais alta importância, principalmente para a *Hinterlândia*, e não deve ser estrangulado pelos monopólios dos grandes "trusts" do transporte aéreo.

21 — Em conclusão, deve-se promover uma articulação mais estreita com os países limítrofes; interessar pela propaganda inteligente, através dos nossos consulados, os industriais norte-americanos canadenses, ingleses etc., facilitando-se por todos os meios a vinda para o Território, das capitais, técnicos e imigrantes de que tanto carecemos.

Os processos puramente evolutivos são demorados; daí a necessidade de uma administração territorial objetiva e revolucionária, visando fins práticos.

Legisladores distantes e desavisados da metrópole deveriam fazer um "estágio" de brasilidade no interior do país para sentir ao vivo a agressividade de tantos fatores negativos.

Aparelhar a administração territorial é impeditivo a que se não pode fugir; torná-la apta para anular as asperezas ecológicas e os inúmeros obstáculos que embaraçam a ação do governo. Hoje, como nunca, a administração territorial deve ser um empreendimento dominado por uma idéia central: o trabalho em grande escala inteiramente planejado, no qual colaborem cientistas sociais, técnicos e industriais. Administração atrevida e imaginativa, consubstanciada em projetos que não sejam apenas a reprodução ou perpetuação dos maus padrões do passado; se não fôr assim, dentro de menos de uma geração, graças aos erros de origem, teremos, pertuados, os desajustamentos atuais. Os leitores hão de verificar, pela leitura deste trabalho singelo e esquemático, que a magnitude do empreendimento poderá levar o desânimo a muitos observadores, porquanto recuperar e desenvolver o Vale do Rio Branco é tarefa realmente ciclópica.

A guerra veio, porém, dar uma nova intensidade aos problemas administrativos. O Brasil não conheceu, é bem verdade, a desolação de cidades arrasadas por bombardeiros inimigos, como Coventry, Stalingrad e tantas outras. O Brasil foi poupado... mas infelizmente, dentro de suas fronteiras há inimigos mais ameaçadores, mais sutis, mais perigosos, solapando o nosso futuro e contra os quais temos de fazer uma guerra santa, sem quartel. São os inúmeros fatores negativos a que já nos referimos, desde o baixo coeficiente demográfico e penúria extrema em que vivem as massas rurais aos demais embaraços que anulam as boas iniciativas dos nossos homens de pensamento e ação.

Ou destruímos esses fatores negativos promovendo a recuperação e o desenvolvimento da *hinterlândia*, ou não seremos dignos de figurar entre as nações que se orgulham de possuir uma civilização progressista.

Obstáculos à ação rápida

22 — Com a execução do Plano Quinquenal teve início o esforço colossal de recuperação e desenvolvimento do extraordinário Vale do Rio Branco. A esta altura têm os leitores uma idéia nítida da extensão, complexidade e dificuldades de semelhante empreendimento.

Nem seria o Brasil merecedor de figurar entre as nações dignas do mundo se faltasse aos seus homens de responsabilidade a coragem indispensável para efetuar um esforço dessa natureza: eles compreenderam — felizmente em tempo — a necessidade imperiosa de jugular os inumeráveis fatores negativos que entravam o progresso de tão vastas extensões da terra brasileira.

O início da execução do Plano Quinquenal do Território Federal do Rio Branco marca o advento de uma nova era para toda a Amazônia e deixa entrever perspectivas magníficas para o futuro, indicando que, afinal de contas, o fato de ser brasileiro ainda poderá constituir — em futuro, queira Deus, próximo — algo de que nos possamos orgulhar.

Não nos devemos esquecer de que se pode julgar do valor de uma nação pelos seus atos objetivos, pelas realizações em que se cristaliza a sua história, pelo que deveria ter feito e deixou de fazer ou, — vale, também, a recíproca... — pelo que não fez e deveria ter feito... É bem natural:

em face das imprevisíveis contingências humanas nem tudo se poderá realizar rigorosamente consoante os planos elaborados. Mas, o simples fato de ter objetivos claramente definidos já representa enorme vantagem a que se deverá aliar a tenacidade do esforço constante. E' essencial evitar soluções de continuidades, levar adiante com perseverança e entusiasmo a execução material do Plano, custe o que custar.

Cumpra superar obstáculos e aniquilar os apáticos, os sabotadores, os demolidores incorrigíveis das críticas venais ou simplesmente frívolas, com a arma das realizações objetivas — os fatos concretos decorrentes da execução material do Plano.

Os seis primeiros meses de realizações no Território Federal do Rio Branco revelaram, de sobejo, que as maiores dificuldades não são as oriundas das asperezas ecológicas, mas, primordialmente, os empecilhos provocados pelo próprio elemento humano.

A título de esclarecimento pode-se adiantar, desde já, que cêrca de 40% dos elementos recrutados se revelaram incapazes, gananciosos, ineficientes — ou seja, uma elevada percentagem de mão de obra nula quanto ao rendimento do trabalho.

No que se refere à aquisição de material, o estado de guerra contribuiu para dificultar a execução das obras. Material encomendado nos Estados Unidos — como, por exemplo, arame farpado, motores marítimos, grupos eletrogenos, equipamento rodoviário, etc. — ainda não foi liberado.

Outrossim, a escassez absoluta de certos materiais de construção, bem como determinados tipos de medicamentos e vacinas veterinárias; a falta de navios, só disponíveis de 3 ou de 4 em 4 meses; quebras e deterioração da carga desembarcada, afora um sem número de empecilhos que seria longo enumerar. A inadequação e insuficiência dos meios de transporte para o Território do Rio Branco se revelaram, aliás, o obstáculo fundamental a uma ação mais rápida do Governo Territorial, bastando aludir a um fato, entre outros: o material para a Usina Elétrica só chegou a Boa Vista um ano após a sua aquisição.

23 — Os 6 primeiros meses de realizações no Território Federal do Rio Branco

O discurso pronunciado no dia 20 de junho de 1945 pelo 1.º Governador do Território do Rio Branco, Cap. Ene Garcez dos Reis, dá uma idéia clara do estado em que se encontra a execução do Plano Quinquenal. Por esta razão julgamos conveniente divulgar tal documento com o qual encerramos êste nosso ligeiro ensaio sôbre a recuperação e o desenvolvimento do Vale do Rio Branco:

Hoje, data em que transcorre o primeiro aniversário da instalação do Govêrno do Território, queremos dar conhecimento ao povo do rendimento dos nossos trabalhos, do que foi feito e do que está por realizar.

E' ao povo e sômente ao povo que cumpre aquilatar os resultados que vamos apresentar em poucas linhas. Esperamos que o povo riobranquense saiba nos julgar com imparcialidade e compreender o pouco que já realizamos, como início da grande obra que temos à frente.

Antes de tudo, desejamos recordar algumas palavras proferidas por ocasião da instalação do govêrno territorial:

“Coube-nos a honra da primeira investidura como governador. Não vemos no cargo as vantagens que poderíamos usufruir; antes, encarâmo-lo como a mais árdua e espinhosa missão que temos recebido até agora. Aceitâmo-la porque confiamos no vosso desejo de progredir e porque confiamos no vosso profundo sentimento de brasilidade.

Sabemos o que esperais da nossa ação. Podeis estar certos de que não faltarão nem a iniciativa, nem a vontade férrea de realizar uma obra sólida e duradoura.

Reconhecemos e todos vós sabeis que a tarefa não é fácil. Por isso, procuramos de modo seguro e progressivo, embora lentamente, cumprir nossas obrigações e realizar nosso planos. Tudo será feito de acôrdo com as necessidades e possibilidades do Território. Cada iniciativa virá a seu tempo, sem precipitações, para que o fruto não caia antes do tempo”.

E agora peço que tenhais em mente essas palavras, enquanto ouvis o que vamos dizer:

Instalado o Govêrno, pusemos logo mãos à obra no sentido de projetar um organismo à altura das necessidades locais, procurando planejar tudo que se tinha a fazer.

Os primeiros estudos e projetos nos tomaram longo e precioso tempo, mas não poderia deixar de ser assim, porque era necessário colocar todos os problemas nos seus devidos têrmos para poder resolvê-lo dentro de um conjunto harmônico e sem solução de continuidade.

Em outubro, tivemos a honra de entregar ao Exm.º Sr. Presidente da República os resultados dos nossos exames locais, completados com um plano de execução a longo prazo, um “Plano Quinquenal”, no qual estão pre-

vistas, em suas linhas gerais, tôdas as realizações, bem como sua ordem de execução.

Embora prevista só a sua execução a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, contávamos poder adiantá-lo ainda em fins de 1944, o que se tornou impossível pelas razões que passamos a expor.

Primeiro: dificuldades em recrutar pessoal capaz e em número suficiente para atender às primeiras necessidades. Todos sabem perfeitamente a luta que temos tido em conseguir funcionários que possuam em alto grau a capacidade de trabalho, a eficiência e, principalmente, a necessária coragem de enfrentar as dificuldades naturais a uma organização em início. Felizmente, a seleção está se fazendo naturalmente, e aos poucos, os quadros do funcionalismo vão sendo lotados por elementos dignos e experimentados, que têm sabido sobrepor ao próprio personalismo a vontade de realizar o que fôr necessário à consecução dos planos do Governo, a despeito dos fatores adversos mais variados.

Segundo: dificuldades em aquisição de material. O Território tem que estar aparelhado para tudo, devendo possuir as máquinas mais diversas: máquinas agrícolas de preparação do solo e de beneficiamento, máquinas e equipamento rodoviário, máquinas de desdobramento e beneficiamento de madeiras, máquinas de cerâmica, máquinas de manutenção de motores, etc., tudo o Território tem que possuir, se quiser fazer face às necessidades locais. Pois bem, as primeiras dificuldades surgiram quando quisemos adquirir as primeiras máquinas. Sendo tudo produto de importação, a guerra impediu e impedirá, por algum tempo ainda, a remessa das máquinas já adquiridas.

E, além de máquinas, tratamos logo de adquirir outros materiais indispensáveis: materiais de construção, medicamentos, produtos químicos, mobiliário, material de expediente, etc. No entanto, encontramos também dificuldades em fazer essas aquisições. Ora são os laboratórios que não possuem vacinas veterinárias, ora é uma fábrica de móveis que não pode entregar as compras em prazo útil, ora são os materiais de construção sujeitos a racionamento. Tudo isso concorreu para que o material não pudesse ser empregado ao mesmo tempo em que a organização ia tomando forma e movimento.

Terceiro: dificuldades de transporte. Todos previam que um dos maiores obstáculos a enfrentar seria o dos transportes no Rio Branco, mas não foi o transporte no Rio Branco o maior empecilho e sim o transporte marítimo. Efetivamente, não foi o transporte no Rio Branco a nossa maior dificuldade e sim o transporte marítimo. Basta dizer que o material adquirido em agosto do ano passado, no Rio de Janeiro, somente o mês passado chegou a Manaus. A escassez de navios, como é do conhecimento de todos, chegou mesmo a redundar em escassez de gêneros, tal como vemos agora acontecer com o açúcar, cuja falta se faz sentir naquela cidade, com visíveis conseqüências no Território.

Quanto ao transporte no Rio Branco, conquanto difícil e falho, não nos causou transtornos irreparáveis, se

bem que tivéssemos de enfrentar todo um período de águas baixas. No momento atual, bastará mais uma viagem de um dos nossos motores para que não fique em Manaus um só volume por transportar. Embora só com duas embarcações, estamos mantendo em dia o escoamento do porto de Manaus. Porém, as dificuldades acima enumeradas não impediram totalmente que déssemos início à execução dos nossos planos. Poderão atrasá-los, mas nunca impedí-los. Vejamos, pois, o que está previsto e em que pé estamos na execução do programa.

NO SETOR SAÚDE E SANEAMENTO

Estavam previstas para 1945 — o 1.º ano do Plano Quinquenal — as instalações de um centro de saúde e de 3 postos médicos no interior, compreendendo a adaptação de um prédio para o centro de saúde e construção dos postos médicos.

A adaptação do centro de saúde foi feita. Um dos postos médicos previstos, o de Caracará, já está construído e em pleno funcionamento, com uma enfermaria de 10 leitos.

Teve início a construção dos postos de São José do Anauá e da região do Murupu, os quais serão instalados ainda este ano. O posto médico da região do Murupu terá à sua disposição uma ambulância-automóvel, com o fim de beneficiar toda a margem direita do rio Uraricoera, pelo menos durante o verão.

Estava prevista também a organização do serviço médico fluvial, por meio de lanchas. É possível que ainda este mês chegue a Boa Vista a lancha destinada a esse fim, que ficará atendendo todo o baixo rio Branco e rios Jufari e Jauaperi.

Com a instalação do Serviço Médico Fluvial do Centro de Saúde e três postos médicos, teremos realizado o programa de assistência médica relativo ao 1.º ano do Plano Quinquenal.

No que se refere ao saneamento, foi organizado um órgão especializado contra a malária, cujos serviços vão bem adiantados.

É verdade que somente agora chegaram os medicamentos adquiridos no Rio de Janeiro e que o mobiliário para os consultórios médicos nem sequer embarcou com destino ao Território, mas, nem por isso, a assistência médica deixou de ser realizada, como veremos a seguir:

Durante os seis primeiros meses deste ano, foram à presença dos médicos, para fins de consulta, 3.673 pessoas, isto é, mais de um quinto da população do Território. Foram hospitalizadas, por conta do governo, 133 pessoas. Foram realizadas 67 intervenções de pequena cirurgia e foram feitos 4.475 curativos.

Foi desmatada e limpa, pelo Serviço Contra a Malária, uma área de 262.725 metros quadrados. Os quintais e terrenos baldios, das zonas urbana e suburbana, foram todos capinados e limpos, numa área total de 1.625.000 metros quadrados.

Foram abertos mais de 620 metros de valas de escoamento, estando em vias de conclusão mais 1.500 metros lineares de valetamento.

Cuida-se, presentemente, do estabelecimento de um convênio entre o Governo do Território e o S.E.S.P., para a construção de fossas sanitárias em Boa Vista e Caracará, em número de 300, que servirão à população até que seja instalada a rede de esgotos, atualmente em estudos.

NO SETOR EDUCAÇÃO

Estava projetada a criação de 15 escolas, assim discriminadas: construção de 5 e adaptação das 10 restantes em prédios alugados ou cedidos pela população.

Apenas com dois meses de instalada, a Divisão de Educação já criou um grupo escolar que corresponde a 7 escolas, criou uma escola noturna e 6 escolas no interior, sendo 3 na zona do Murupu, 2 na zona de Taiana e 1 em S. Sebastião. Dentro de um mês, serão instaladas mais 3: 1 em Caracará, 1 em Vista Alegre e 1 em São José do Anauá.

Resumindo: há atualmente 1 grupo escolar e 7 escolas em funcionamento. Se houver professores em número suficiente, é possível que este ano ultrapassemos o número de escolas projetado.

A matrícula já atingiu, somente em Boa Vista, o número animador de 318 alunos. Não sabemos quantas crianças já estão recebendo instrução neste momento, mas o dia de hoje, temos certeza, será um dia de trabalho nas escolas do interior. Aguardamos a chegada do inspetor escolar que foi instalar as escolas, para sabermos o número exato de alunos matriculados.

NO SETOR ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

Estava prevista a instalação de 3 postos, sendo um em Boa Vista. Este último está em pleno funcionamento.

Os trabalhos da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância são talvez os mais delicados e de consequências menos visíveis; porém, o resumo abaixo esclarecerá o que foi feito:

Fêz-se o cadastro da população infantil em 15 localidades, inclusive Boa Vista.

Aos consultórios médicos de higiene infantil, pré-escolar e escolar, compareceram 880 crianças. Foram feitos 406 curativos.

No consultório pré-natal foram realizados 70 exames e foram verificados 23 partos.

Foram vacinados contra a difteria 51 latentes e contra a varíola 236 crianças.

Ministrou-se o primeiro curso elementar de puericultura, com 37 alunas inscritas.

Foram realizadas oito visitas médicas fora da capital, tendo sido assistidas dezenas de crianças.

O mês passado foi organizado um pequeno lactário que já distribuiu a 15 crianças, atendidas diariamente, 1.895 mamadeiras.

Durante 4 meses, foi distribuído leite a 100 famílias, num total de 3.877 litros, serviço esse anteriormente desconhecido e que intensificaremos.

O serviço extra-escolar realizou 120 reuniões infantis e hoje, com a inauguração das primeiras instalações do parque infantil, terá efetuado uma parte do seu programa para o corrente ano.

Na parte social foram registradas 50 pessoas e foram resolvidos 40 outros casos diversos.

NO SETOR OBRAS PÚBLICAS

Setor dos mais importante da administração territorial, não teve a amplitude inicial que seria de desejar, por falta de elementos técnicos.

A ele cabe a execução do plano obras e equipamentos. De acordo com os projetos iniciais, deveriam ser construídos 4.000 metros quadrados de edificações e 120 km. de rodovia. Todavia, o corte de 60% sofrido na verba proposta para esse fim — reduzida de 10.000.000 de cruzeiros a somente 4.000.000 — cerceou nossas atividades nesse setor; além disso, a escassez de mão de obra e a falta de materiais de construção, máquinas especializadas etc., atrasaram a execução das obras previstas.

Mesmo assim, na parte de edificações estão projetados 2.549 metros quadrados de obras de alvenaria e 2.050 metros quadrados de obras de madeira, das quais estão praticamente concluídos 339 metros quadrados de alvenaria e 1.450 metros quadrados de madeira. Ainda este ano, levaremos a cabo a maior parte do programa de construções, com a chegada do aparelhamento indispensável.

Em relação ao sistema rodoviário previsto, faz parte do programa, para o corrente ano, a construção da rodovia Caracará-Boa Vista. Embora sem maquinária, o serviço de desmatamento está atingindo as alturas do rio Mucajá, ficando a primeira fase do desmatamento e destocamento realizada ainda este mês, serviço este que significa a desmatação de uma área de 2.175.000 metros quadrados. Já foi iniciado o serviço de extração de madeiras para as pontes e boeios e já foi determinada a construção de uma balsa para a travessia do Mucajá. Se tivéssemos recebido o equipamento rodoviário encomendado, podemos afirmar, sem receio, que a estrada estaria concluída este mês. Contudo, podemos assegurar que em 1945 ainda receberemos carga transportada pela rodovia até Boa Vista.

Vale a pena mencionar a execução do plano de urbanismo de Boa Vista e a consequente instalação dos serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica.

Não construímos obra definitiva no centro da cidade, a fim de não comprometer o plano diretor da cidade; Boa Vista será uma das cidades mais modernas do país.

Independente do plano de urbanização, estamos levando a efeito a construção da usina de força e luz, das oficinas gerais de mecânica e carpintaria e de uma escola no bairro do Caxangá, obras essas que estarão concluídas dentro de 3 meses.

NO SETOR PRODUÇÃO

A Divisão de Produção é o órgão mais importante para o Território, pois é a pedra angular do desenvolvimento econômico da população. Pelas mesmas razões de falta de pessoal técnico e atraso na vinda de material especializado, muito sofreu o programa inicial, que seria o seguinte :

Vacinação dos rebanhos do Rio Branco;
Início da construção da Fazenda Experimental;
Instalação de 3 postos agrícolas;
Serviço de Horticultura;
Serviço de Combate à saúva;
Instalação de duas fábricas de farinha de mandioca;
Início da formação de lotes de criação;
Início da montagem do parque aviário;
Instalação de 50 famílias de agricultores.

Os serviços da Divisão de Produção, já realizados ou em execução atual, são os seguintes :

Início da montagem do parque aviário, estando em viagem as primeiras aves. ;
Serviço de combate à saúva, estando em funcionamento 106 extintores.

Assistência a agricultores, cuja área cultivada atinge o total de 61 hectares, estando em preparação uma área de 50 hectares em Caracarái.

Instalação de uma máquina de beneficiamento de arroz, colocação de uma aviação para farinha de mandioca e montagem de uma fábrica de farinha de mandioca nesta Capital.

Cooperação com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, representando um total de 62 hectares de área agrícola com assistência da Divisão de Produção.

Instalação de 10 famílias de agricultores, faltando a instalação de mais 40, o que será feito na ocasião oportuna.

Venda de ferramenta e material agrícola, iniciada com o pouco material chegado, atingindo o total de 46.997,00 cruzeiros em vendas. Essas vendas têm-se limitado aos materiais de baixo custo, não tendo sido iniciada a revenda de máquinas e materiais mais caros, por ainda não terem chegado ao Território.

Foi instalada a primeira região agrícola, na zona do Murupu.

Foi organizado um curso de auxiliares de veterinário, os quais entrarão em função tão logo cheguem as vacinas e medicamentos encomendados.

Foram adquiridos 4.500 rolos de arame farpado, para revenda pelo preço do custo.

Iniciamos entendimentos com criadores e lavradores sobre as medidas de caráter geral que devem ser tomadas no sentido de uma perfeita cooperação entre o Governo e população rural.

NO SETOR TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Problema de solução inadiável, o dos transportes sempre mereceu do Governo, desde logo, todo o carinho.

Desde o princípio da execução dos diversos planos e projetos, verificou-se que sem meios próprios de transporte não poderia o Governo fazer face às necessidades do Território. Urgia a construção ou aquisição de embarcações adequadas e rápidas. Infelizmente, a falta de pessoal capaz de adquirir ou acompanhar a construção de embarcações nos fez demorar a solução do problema, mas já podemos anunciar que as primeiras embarcações construídas para o Território dentro em pouco estarão navegando o rio Branco. Já tomamos as primeiras medidas, pondo à testa do serviço uma pessoa que está em condições de realizar o programa de construção de 22 embarcações, representando um total de 240 toneladas de arqueação.

Não deixou de ser pensada a solução de serem construídas embarcações no próprio Território. As medidas já estão sendo tomadas e, no próximo mês de julho, daremos início à construção da primeira embarcação, que terá dez toneladas de capacidade. O estaleiro será construído a partir do corrente mês e as madeiras necessárias já foram adquiridas.

O Governo possui atualmente 5 embarcações, das quais somente duas estão em tráfego. Estas estão transportando carga de Manaus a Boa Vista, realizando em cada viagem o transporte de 60 toneladas no mínimo.

No que se refere ao transporte terrestre, conseguimos abrir ao tráfego, durante o verão passado, 22 km de Caracarái à Bôca da Estrada. Foram transportadas pela estrada, entre janeiro e abril deste ano, mais de 500 toneladas de carga, apesar da estrada ainda não estar em condições técnicas perfeitas.

Foram adquiridos para o Território 15 auto-caminhões, dos quais 8 já se acham funcionando em Boa Vista.

Podemos afirmar que a próxima seca encontrar-nos-á aparelhados para fazer face não só ao transporte no Baixo Rio Branco, como também no Alto Rio Branco. Vamos estabelecer linhas de transporte rodoviário durante o verão, nas regiões de mais fácil acesso, e iniciaremos o transporte de carga não só pertencente ao Governo, como também particular, para que possa o Alto Rio Branco se beneficiar.

Simultaneamente, já foram construídas, aguardando somente os motores encomendados nos Estados Unidos, 11 estações de rádio, que ligarão todos os pontos do Território e servirão ao serviço público e particular.

Resumindo, senhores, tudo o que foi dito acima representa o resultado de trabalhos intensos nos 6 primeiros meses de efetiva execução do Plano Quinquenal. E' pouco, mas lembrai-vos de que não prometemos realizar tudo de uma vez. Como geralmente acontece em qualquer obra de vulto, houve, desde o início, imprevistos, contratempos, falta de meios e recursos técnicos e toda uma série de obstáculos que impediram, parcialmente, a execução rápida dos nossos planos e projetos para 1945. O povo pode, entretanto, contar que não ficará decepcionado e bem sabe

que nada se pode fazer de uma só vez. Tudo virá a seu tempo. A máquina que está sendo montada já começou os seus primeiros movimentos e, em breve, nada a fará parar. Temos um longo caminho a percorrer. Tudo está por fazer e tudo tem que ser feito, com calma e sem precipitações. Já temos um exemplo frisante do que acontece quando as coisas são feitas às pressas: as pontes do Caranã e do Caxangá, feitas sem estudo prévio e sem meios técnicos adequados, com o objetivo louvável de atender com rapidez às necessidades, não suportaram as consequências das chuvas, acabando uma delas por ruir fragorosamente, como um ensinamento precioso, para que nada se faça de afogadilho.

Por isso, certas iniciativas do Governo parecem estar caminhando vagarosamente; assim é preciso, todavia, pois queremos ter a certeza de que as realizações concretizadas constituirão obra sólida e duradoura.

Concluindo, quero externar de público a satisfação de que nos sentimos possuídos, desde o primeiro instante em que pisamos o solo do Rio Branco, pelo apoio decisivo da população às iniciativas do Governo. Dos habitantes do Rio Branco temos tido a máxima colaboração e boa vontade.

Deixamos de citar nomes, pois levaríamos muito tempo a designar aqueles que generosamente têm concorrido para que nossa árdua tarefa se realize da melhor maneira possível. Aproveito o ensejo para agradecer de público o apoio prestado; estou certo de que os nossos supremos objetivos serão alcançados satisfatoriamente.

Aos que têm colaborado conosco nesta primeira fase dos trabalhos quero transmitir o meu profundo agradecimento, pedindo-lhes continuem a dar o melhor dos seus esforços a fim de que os projetos de desenvolvimento social e econômico do Território Federal do Rio Branco tenham plena execução para maior glória e prosperidade do Brasil".

DOCUMENTAÇÃO

- 1 — AGUIAR, Cmte. *Braz Dias de* — "Nas Fronteiras da Venezuela e Guiana Britânica e Neerlandesa", separata dos "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia" — 1943, Serviço Gráfico do IBGE, Rio. (O Cmte. Aguiar é Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, setor norte).
- 2 — AGUIAR, Cmte. *Braz Dias de* — "Relatório" apresentado ao Sr. Ministro das Relações Exteriores pelo Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1.^a Divisão, 1939 — 1942.
- 3 — ASCHER, Charles — "Better Cities" — April 1942, U.S. Government Printing Office.
- 4 — BARÃO DE MARAJÓ — "As Regiões Amazônicas", "O Rio Branco" — 1895.
- 5 — BARBOSA, L.B. *Horta* — "O problema indígena do Brasil" — Rio, 1926 — Publicação n.º 88 da Comissão Rondon.
- 6 — BARROS BARRETO, J. *de* — "A organização da Saúde Pública do Brasil" — 1942, agosto — Separata do "Arquivos de Higiene".
- 7 — COX, Mr. W.T. — "Tese", apresentada pelo representante do Brasil na Conferência Interamericana

na de Agricultura, Pluricultura e Indústria Animal, realizada em Washington de 6 a 20 de setembro de 1930.

- 8 — CAVALCANTI, J.M. *dos Santos Araújo* — "Diretrizes de Administração Local" — Recife, 1940 — Rio, 1941. — "Organização e Administração dos Territórios Federais" artigo publicado na *Revista do Serviço Público*, abril, 1945.
- 9 — DOMINGUES, Otávio, catedrático de Zootécnica Geral e Genética Animal da Escola Nacional de Agronomia; ex-catedrático da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de S. Paulo — "A pecuária cearense e seu melhoramento" — Rio, 1941, págs. 59/60.
- 10 — FERREIRA FILHO, Cosme — "A Borracha, problema brasileiro. Inquérito sobre a sua atual posição" — 1938. Manaus, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado.
- 11 — GAVIÃO GONZAGA — "A Conquista do Brasil pelos Brasileiros" — *Revista do Serviço Público*, outubro de 1943, págs. 139/140.
- 12 — GUIMARÃES, Djalma — "Província Magmática do Roraima (Brasil Setentrional)" — Rio, 1930, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Ministério da Agricultura.
- 13 — GONDIM, Joaquim — "Através do Amazonas" — 1922, Manaus — Cap. 1.º — Rio Branco — páginas 7/32.
- 14 — GUEDES, Mário — "A Economia Mediterrânea do Vale da Amazônia" — *Jornal do Comércio*, Rio, 24-10-40.
- 15 — LIMA, Araújo — "Amazônia, a Terra e o Homem" (Introdução à Antropogeografia) — 2.^a edição, Coleção Brasileira, vol. 104, 1937.
- 16 — MEDEIROS, Océlio *de* — "Um caso objetivo de análise", "A reorganização do Território do Acre" — *Revista do Serviço Público* — outubro de 1943, págs. 19/30. — "Territórios Federais" (Doutrina, Legislação, Jurisprudência) — Editora Nacional de Direito, Rio, 1944.
- 17 — MENDES, Amando — "Amazônia Econômica, Problema Brasileiro" — 1939, editora Record, São Paulo.
- 18 — MAIA, Álvaro — "Primeira Conferência Intermunicipal de Economia e Administração" — Manaus 3 de junho de 1942.
- 19 — MEYER, Don *Alcuino*, O.S.B. — "Recursos Minerais do Território do Rio Branco" — Boa Vista, 28 de julho de 1944.
- 20 — OLIVEIRA, Avelino *Inácio de* — "Recursos minerais da bacia do Rio Branco" — Separata n.º 6, março — abril 1937, da Revista "Mineração e Metalurgia", publicação autorizada pelo Ministério da Agricultura.
- 21 — OLIVEIRA, Avelino *Inácio de* — "Bacia do Rio Branco" — Boletim n.º 37, 1929, Ministério da Agricultura, Serviço Geológico e Mineralógico.
- 22 — PEREIRA DA Silva, Dr. Francisco — "Memorial" apresentado ao Presidente da República em novembro de 1940 sobre "Alguns Aspectos do Problema Amazônico e as suas soluções práticas".
- 23 — PAIVA, Glycon *de* — "Alto Rio Branco" — Boletim n.º 99, Serviço Geológico e Mineralógico, Departamento Nacional da Produção Mineral, Ministério da Agricultura, 1939.

- 24 — PINTO, Augusto Otaviano — "Hidrografia do Amazonas e seus afluentes — O Rio Branco" — 1930.
- 25 — RICE — "The Rio Branco, Uraricoera and Parima" — In *The Geographical Journal*, Febr., March. April — 1928.
- 26 — SOUZA, Major Boanerges Lopes de — "Relatório do Serviço Executado na linha Fronteira do Tacutu e Região da Serra da Lua" — 1927.
- 27 — SILVA, Moacyr Paixão e — "Espírito e Evolução do Trabalho na Amazônia" — Imprensa Pública, Manaus, Amazonas, 1942.
- 28 — SILVA, Moacyr Paixão e — "Sobre uma Geografia Social da Amazônia" — 1943, Manaus.
- 29 — STUDART, Barão — "Revista Trimestral do Instituto do Ceará" — Fortaleza 1919, Tomo XXXIII, págs. 152/4.
- 30 — SILVA, Moacyr Paixão e — "Amazônia Rural" — Um complexo de Sociologia Patológica" — Revista "Sintonia", fevereiro de 1944, Manaus.
- 31 — SIMÕES LOPES, Luiz — "Relatório" n.º 517, da Comissão de Orçamento, 13 de dezembro de 1943.
- 32 — VARGAS, Getúlio — "Discurso do Rio Amazonas" 10 de outubro de 1940.
- 33 — Cópia do ofício n.º 184, de 23-12-43, do Chefe da I.R.I., acompanhado de uma cópia da planta de locação da Fazenda Nacional de S. Marcos.
- 34 — "Pelo Índio e pela sua proteção oficial" — Exposição apresentada ao Sr. Ministro da Agricultura Dr. Du Pin e Almeida por L.B. Horta Barbosa, Rio, 1923, publicação da Comissão Rondon.
- 35 — NATIONAL RESOURCES PLANNING BOARD — "Technical Paper Number 6 — A method of public works planning" — July 1942.
- 36 — I.B.G.E. — "Sinopse Estatística do Estado do Amazonas" — Organizada em colaboração com o Departamento Estadual de Estatística — 1942 — Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro.
- 37 — ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — "Problemas da Amazônia" — Memorial apresentado ao Exm.º Sr. Presidente Vargas. Elaborado pela Secretaria Executiva da Associação Comercial sob a direção do Sr. Cosme Ferreira Filho, Manaus, Amazonas, 1940.
- 38 — ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — "Pontos de Vista" — apresentados ao Sr. Interventor Federal do Amazonas sobre o encaminhamento de imigrantes nordestinos para a Amazônia pelo seu Presidente, José Nunes de Lima, 1940, 11 de julho, Manaus.
- 39 — "Memorial" entregue ao Sr. Diretor Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto de Pará, Cmte. F.V. Bulcão Viana.
- 40 — Relatório da Administração Financeira do Município de Boa Vista do Rio Branco, do Exercício de 1942", apresentado ao Sr. Interventor Federal do Estado do Amazonas, pelo Cap. Temístocles H. Trigueiro, Prefeito Municipal.
- 41 — "Relatório" apresentado ao Sr. Interventor Federal, em 31 de março de 1944, sobre o exercício de 1943, pelo Cap. Trigueiro.
- 42 — "Exposição" apresentada ao Sr. Governador Cap. Garcez dos Reis pelo Cap. Temístocles H. Trigueiro, 1944.
- 43 — "Memorial sobre a situação da juta indiana no Amazonas" — Manaus, outubro, 1942 — Apresentado pelo agrônomo J.C. Corrêa de Miranda.
- 44 — Relatório apresentado à Presidência da Comissão Brasileiro Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, junho de 1942, pelo agrônomo J.C. Corrêa de Miranda. Do Relatório Miranda, transcrição de um artigo publicado no Jornal do Comércio de Manaus, 9-5-42.
- 45 — I.N.E.P. — "Plano Geral para os serviços de educação (Território do Guaporé) — 31 de dezembro de 1943.
- 46 — "Manual do Engenheiro" — Ernani Corrêa, Rui Baceiar e outros — Livraria do Globo, 1939.
- 47 — COMISSÃO DE ORÇAMENTO — "Proposta Orçamentaria para 1944", 2.º vol.
- 48 — "Exposição de Motivos", pelo Sr. Ministro Alexandre Marcondes Filho ao Sr. Presidente da República, sobre a Sindicalização Rural, acompanhando um anteprojeto de Decreto-lei, 28 de abril de 1944.
- 49 — "Relação das posses e propriedades registradas na Coletoria de Rendas do Município de Boa Vista do Rio Branco", 8 de julho de 1944.
- 50 — As pesquisas e os trabalhos elaborados pela Secção de Coordenação da Divisão de Organização do D.A.S.P. constituem um elemento indispensável ao estudo da administração Territorial, valendo a pena mencionar, especificamente, a valiosa contribuição do técnico de organização Sr. Océlio de Medeiros.
- 51 — Cronologicamente, o documento fundamental na história da administração territorial brasileira é a Exposição de Motivos do Sr. Presidente do D.A.S.P., n.º 1.174, de 17-6-42, propondo a criação do Território do Mamoré, na área em que, efetivamente, mais tarde se criou o Território do Guaporé.
- 52 — "Informações estatísticas sobre o Município de Boa Vista", colhidas pelo Agente de Estatística, Sr. Aristóteles Lima Carneiro.